

PDS consegue adiar votação sobre representação política

O PDS, através de um requerimento de prorrogação por 48 horas, determinou ontem que a Emenda Fruet, proporcionando a representação política para o Distrito Federal, não fosse votada no plenário da Câmara. O requerimento contou com 10 votos favoráveis, do PDS, e 153 contrários, sendo três de dissidentes pedessistas, determinando a prorrogação automática, por falta de quórum. Na sexta-feira, entretanto, as chances de se conseguir o quórum de 211 votos são muito menores, em vista do tradicional êxodo parlamentar. Assim, a iniciativa do partido do governo, no dizer do próprio Fruet, « fez com que a emenda fosse definitivamente enterrada », uma vez que expira 30, domingo, o prazo fatal de sua tramitação.

Ao longo de toda a sessão, iniciada com calorosas discussões, às 11h15min, oposição e governo travaram verdadeira batalha verbal. Da parte do PDS, o líder em exercício, deputado Siqueira Campos, argumentava que era a própria oposição a responsável pela não votação da matéria, em vista da ausência de parcela de seus deputados. O líder do PMDB, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), da tribuna, contrapunha a manobra do partido governista, em querer responsabilizar a oposição, « que se encontrava majoritária no plenário ».

As 11h30min, o deputado Del Bosco do Amaral (PMDB-SP) divulgou a notícia de que o PDS havia pedido o adiamento da votação, através de um requerimento. A iniciativa recebeu ecoante vaia das mais de 150 pessoas que lotavam as galerias, enquanto o deputado paulista denunciava a iniciativa do PDS como uma manobra para « sepultar a emenda do PMDB, que se compromete a devolver a democracia representativa ao Distrito Federal, capitais estaduais e 106 municípios de segurança, privados de elegerem seus prefeitos ».

COMPROMISSO

Embora a esta altura não se pudesse ter uma idéia da composição do plenário, ainda vazio, o líder Siqueira Campos fez um desafio contundente à oposição: « Eu me comprometo a dar 30 votos favoráveis e desafio a oposição a fornecer os votos restantes, para a aprovação da proposta ». Diversos oposicionistas, começando com o deputado Getúlio Dias (PDT-RS), denunciaram a afirmação « como falsa e demagógica ». Segundo os parlamentares, o desafio do líder pedessista só foi feito em função do conhecimento que tinha de algumas ausências oposicionistas.

Para o deputado Del Bosco do Amaral, « ele sabe que mesmo com estes 30 votos, inexistentes, não será atingido o quórum de 211 votos. É uma forma de responsabilizar a oposição pela não aprovação, quando eles poderiam aprovar sozinhos esta emenda, se quisessem ».

VOTAÇÃO

De fato, a oposição era majoritária no plenário e isso foi constatado com a votação para aprovação do requerimento encaminhado pelo PDS, pedindo a prorrogação. Os votos contrário foram 153, sendo três do próprio PDS. Os votos do PDS foram apenas 10, embora se soubesse que existia um total de 280 deputados, de todos os partidos, na Casa.

Os três deputados que votaram contra a prorrogação foram Anísio de Souza (PDS-GO), Antônio Muzarek (PDS-PR) e Cristiano Dias Lopes (PDS-ES). Anísio de Souza, em vista das questões específicas da política goiana, já havia se comprometido com um voto favorável à emenda.

A maior incoerência foi dada pela bancada paulista. A comissão de representantes do município de Santos, que resgataria a autonomia municipal com a aprovação da emenda, havia recebido o compromisso dos deputados Athié Jorge Cury, Ademar de Barros Filho e Erasmo Dias. Todos votaram a favor da prorrogação para sexta-feira, que em última instância significa um voto contrário à emenda, uma vez que nesse dia já está descartada a hipótese de que haja quórum suficiente. Questionado sobre sua incoerência, que deixou extremamente desapontada a caravana de 30 santistas, Athié Cury respondeu: « Este não é o voto principal ». Com o resultado da votação, que foi feita por chamada nominal, verificou-se que a ausência da oposição era inferior a 10%.

DESOLAÇÃO

Após o encerramento da sessão, alguns parlamentares mostravam-se desolados, principalmente aqueles que já se empenharam mais de uma vez pela questão do voto no DF. Maurício Fruet, autor da emenda, já tinha a certeza de que na sexta-feira não haveria condições de aprovação: « Se não houve na quarta, pela fuga dos pedessistas, na sexta é uma utopia ».

Entretanto, ele afirmava, ainda no plenário, que redigirá e apresentará outra emenda no mesmo sentido, ainda nessa legislatura. « O importante é não nos abatermos com essa derrota inicial e prosseguirmos perseguindo o objetivo ».

O secretário do PMDB-DF, jornalista Fernando Tolentino, inconstante e veemente ao final da sessão, pronunciou-se das galerias, afirmando que « no dia das eleições, o povo responderá a mais esta omissão do PDS ». De fato, nesse Congresso, qualquer outra iniciativa estará também fadada ao fracasso. A representação política para o Distrito Federal, bem como a autonomia municipal para os municípios de segurança nacional, são questões que tangem o próprio conceito de segurança nacional e dificilmente serão superadas a partir do Legislativo.